

UM LUGAR FORA DO MAPA: A COLÔNIA DO SACRAMENTO*

Paulo César Possamai**

Resumo: por estar fora do atual Estado nacional brasileiro, a Colônia do Sacramento poucas vezes foi considerada algo mais do que um enclave militar e comercial no Rio da Prata. Por isso ela geralmente não consta como parte da história do Brasil. Esta visão nacionalista, de contar a história a partir do Estado nacional, não leva em conta que, dentro do contexto da América portuguesa, ela era parte integrante do “Estado do Brasil” e tinha um importante papel de colonização na região platina. Durante boa parte do período em que os portugueses se mantiveram nas margens do Rio da Prata, a discussão sobre o que constituía o território pertencente à Colônia do Sacramento seria motivo de conflito entre as Coroas de Portugal e Espanha.

Palavras-chave: Fronteira. Diplomacia. Guerra.

A PLACE OFF THE MAP: THE COLONIA DEL SACRAMENTO

Abstract: *because it remained outside the current Brazilian State, Colonia do Sacramento a few times was considered something more than a military and commercial enclave in the River Plate. So it usually does not appear as part of the history of Brazil. This nationalist vision, that tell the story from the nation-state, does not take into account that, within the context of Portuguese America, it was part of the “State of Brazil” and had an important role in the colonization of Plata region. For much of the period in which the Portuguese remained in the River Plate margins, the discussion of which was the territory belonging to Colonia do Sacramento would be cause of conflict between the crowns of Portugal and Spain.*

Keywords: *Border. Diplomacy. War.*

* Recebido em 02.06.2014. Aprovado em: 13.06.2014.

** Doutor em História Social pela USP. Professor na UFPEL. Pesquisa a história das Américas portuguesa e espanhola, especialmente a Colônia do Sacramento. *E-mail:* paulocpossamai@gmail.com.



Começamos este texto com uma pergunta que frequentemente se faz a quem pesquisa um local de fronteira: “a história da Colônia do Sacramento faz parte da história do Uruguai ou da história do Brasil”? Eis o grande problema de tentar encaixar a história acontecida antes do surgimento dos Estados nacionais na América. Sacramento se parece com a questão que tem dividido os historiadores sul-rio-grandenses há muito tempo que é a história das missões jesuíticas conhecidas como Sete Povos (BRUM, 2006). Fundadas por padres espanhóis no atual território do Rio Grande do Sul, por muito tempo foram ignoradas pela historiografia nacionalista que iniciava a história do estado com a fundação do primeiro estabelecimento oficial português no Rio Grande de São Pedro em 1737¹.

Uma vez criados os estados nacionais na América Latina, no decorrer do século XIX, iniciou-se o processo de construção das histórias nacionais. Buscava-se então iniciar o processo com a chegada dos europeus ao continente americano, mas também integrar todo o processo histórico desenvolvido dentro das fronteiras dos estados que então se constituíam em uma “história nacional”. Hoje essa visão vem sendo mitigada, mas ainda não foi abandonada completamente, pois os dois lugares em questão se transformaram em destinos turísticos e, dentro deste papel, precisam ter sua história explicada aos visitantes.

Nesse sentido os Sete Povos foram integrados à história do Brasil, assim como a Colônia do Sacramento à história do Uruguai, embora ambos os casos fossem muitas vezes vistos como uma recuperação de terras invadidas por estrangeiros. Por mais estranha que nos pareça hoje esta visão providencialista, de que o Estado nacional estava destinado a se formar dentro das atuais fronteiras, ela ainda é compartilhada por alguns historiadores.

Mas, voltemos à questão da história da Colônia do Sacramento. Hoje todos sabemos que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, ela se situa no território atribuído à Espanha. Porém, na época de sua fundação, em 1680, ainda não se sabia exatamente onde passava a linha e as dúvidas acerca do seu alcance levaram Portugal e Espanha a tentar alargar ao máximo seus domínios. Se os portugueses avançaram na área espanhola na América também é verdade que os espanhóis não respeitaram a Linha de Saragoça, a contrapartida da Linha de Tordesilhas, que dividiu os domínios de ambas as coroas no Oriente. A ocupação do arquipélago das Filipinas pelos espanhóis só foi reconhecida pelos portugueses no Tratado de Madrid (1750), quando foi abandonada a Linha de Tordesilhas. Numa época em que ainda não havia meios de medir com precisão as longitudes o melhor meio de se apropriar de uma região era ocupá-la antes que uma nação rival o fizesse e é assim que entendemos a fundação da Colônia do Sacramento.

Os Estados nacionais na América, assim como os Estados situados em outros continentes foram criados a partir de processos históricos e, portanto, no nosso entender, é impossível delimitar especificamente o que seja história específica de determinado país numa área de fronteira como é a região platina. A Colônia do Sacramento faz parte da história do Uruguai? Hoje certamente sim, mas até 1777 ela era parte do império ultramarino português, e por isso não deve ser estudada fora deste contexto.

No período em estudo o nome Brasil indicava uma colônia portuguesa chamada “Estado do Brasil” que não correspondia com os limites atuais da República Federativa do Brasil, mesmo porque a atual região norte formou um estado à parte do Estado do Brasil de 1621 a 1772, período em que era chamada de “Estado do Maranhão”. Em 1737 esta colônia passou a chamar-se “Estado do Grão Pará e Maranhão”, tendo em vista a transferência da capital de São Luís para Belém. Por causa disso é mais correto falar em América portuguesa do que em Brasil colonial, termo que remete à visão de um futuro estado nacional chamado Brasil que incluiria todos os domínios portugueses na América.

Segundo Fradkin e Garavaglia, o problema da “história colonial”, ser vista ainda hoje como “un período lejano y perdido en el tiempo que sólo puede interesar a anticuarios o especialistas” ou como “una suerte de pre-historia marginal, anterior a la ‘verdadera historia’ de la sociedad actual” é compartilhado por todos os países colonizados pelos europeus. Os estados nacionais surgiram a América do Sul em princípios do século XIX, porém só em meados desse século é que se iniciou a tarefa de criar uma história nacional na maioria dos países da região.

Narrar la historia de “la Nación” fue por mucho tiempo el cometido principal de la tarea de los historiadores. Pero conviene que seamos más precisos: cada una de las historiografías llamadas



“nacionales” se abocó con fervoroso entusiasmo a la empresa de construir un relato de la historia y lo hizo desde una representación del despliegue de la nación a lo largo del tiempo (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 9).

Para o caso brasileiro, Sílvia H. Lara aponta que, na historiografia dos séculos XIX e XX: “Precedendo o ‘nacional’, a colônia passou a ser vista como o embrião da nação, mas foi esta última que lhe deu inteligibilidade e sentido” (LARA, 2005, p. 22). Diferentemente da América espanhola, a América portuguesa preservou sua unidade durante o processo de independência, situação que levou a identificar a colônia como o antecessor direto do Estado nacional atual.

A COLÔNIA DO SACRAMENTO E SEU CONTROVERSO TERRITÓRIO

Não é de hoje que a Colônia do Sacramento está “fora do mapa” da América portuguesa. Já no passado, justamente por estar numa área em disputa entre as coroas de Portugal e Espanha, foi bastante difícil enquadrá-la dentro de um contexto específico. Especialmente porque a Linha de Tordesilhas nunca foi medida, embora esteja cuidadosamente delineada na maioria dos manuais escolares.

Fernando C. Garcia critica a linha que todos estamos acostumados a ver. Segundo o mesmo ela representa um traçado criado por Varnhagen no século XIX e que não correspondia às ambições da Espanha nem de Portugal até a anulação do Tratado.

Calculada hoje, a linha de Tordesilhas passaria, pois, por algum ponto entre a baía de Maldonado e o sul de Alagoas. A grandeza dessa distância é proporcional às diferenças de opinião que afastaram e afastam ainda aqueles que pretenderam localizar o volúvel meridiano. Assim a linha consagrada hoje entre nós é a de Belém a Laguna, estabelecida em 1854-57 por Varnhagen, que usou as léguas com a medida calculada por Martín Fernández de Enciso, respeitado geógrafo e navegante espanhol de meados do século XVI. No entanto, o próprio Varnhagen e o Barão do Rio Branco lembraram não ser essa a linha mais favorável ao Brasil. Contudo, deixaram de mostrar qual seria esta. Varnhagen afirmou apenas que mais terras tocariam ao Brasil se tivesse usado as léguas consagradas por Vespúcio e Colombo, correspondentes a quinze delas ao grau do Equador. Segundo Rio Branco, essas também seriam as utilizadas por ‘outros navegadores espanhóis ou ao serviço da Espanha’. Nesse caso, a linha tangenciaria Porto Alegre a oeste, entrando no Atlântico cem quilômetros acima do Rio Grande (GARCIA, 2010, p. 32).

Embora a maior dilatação da linha ainda deixasse de fora do domínio português o Rio da Prata, este não era o entendimento da Coroa portuguesa em fins do século XVII. Como na época da fundação de Sacramento cada parte interessada colocava a linha onde queria, uma saída foi buscar a legitimação na divisão eclesiástica. A Prelazia do Rio de Janeiro, criada em 19 de julho de 1576, tinha como limite sul o Rio da Prata, o que foi confirmado no século seguinte, quando da criação do bispado do Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1676, pela bula Romani Pontificis, na qual Inocêncio XI estabeleceu o alcance da nova diocese que, do Espírito Santo seguia “até o Rio da Prata, pela costa marítima e pelo sertão” (LEITE, 1945, p. 534).

Porém, nem mesmo as divisões eclesiásticas eram precisas, pois a bula papal não levou em consideração os limites do bispado de Buenos Aires. Criada em 1620, esta diocese tinha a mesma extensão da governação do Rio da Prata (1617), a qual incluía as duas margens do rio (GARCÍA BELSUNCE, 1999, p. 158). Ou seja, mesmo a divisão eclesiástica apresentava problemas insolúveis, pois atribuía a Banda Oriental (atual Uruguai) a duas dioceses diferentes.

Destruída no mesmo ano de sua fundação, em 1680, Sacramento seria retomada pelos portugueses pelo Tratado Provisional de 1681. Em 1701, em um tratado de aliança com os portugueses, os espanhóis reconheceram o domínio português no Rio da Prata, mas o termo “*como al presente la tiene*”, dificultou os anseios da lusitanos de criarem uma nova povoação em Montevideú. A mudança da posição portuguesa, durante a Guerra da Sucessão Espanhola, levou a guerra ao Prata, razão da evacuação de Sacramento em 1705.

Em 1715, o Tratado de Utrecht, que selou a paz entre as coroas ibéricas, incluiu a devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. Os plenipotenciários portugueses na Holanda foram o conde de



Tarouca e D. Luís da Cunha. Tarouca buscou mais do que simplesmente a devolução de Colônia na negociação com os espanhóis, pois visava garantir a expansão da colonização portuguesa no Rio da Prata:

Porque escrevendo ouvi da parte de El Rei de Castela que se não dissesse no tratado Colônia, pois já não havia tal Colônia, mas dissemos o terreno donde estava a Colônia, daqui tirei a ocasião para uma grande negociação, e nesta água em volta, como se diz vulgarmente encaixei um plural dizendo o território e a Colônia; esta malícia não percebeu o Duque de Osuna [plenipotenciário espanhol], nem o embaixador de França e assim passou o plural; e assim direi a VS.^a o desígnio com que o fiz. El Rei nosso senhor não possuía mais que a Colônia simplesmente, antes quando ultimamente lha cedeu Felipe 5º pôs-lhe uma cláusula dizendo *como al presente la tiene* – de sorte que não possuíamos de jure um palmo de terra fora da Colônia, mas presentemente em virtude desta paz há de El Rei entrar de posse, há de fortificá-la, há de começar a lograr toda a campanha e terra que lhe parecer e se os castelhanos quiserem embarçar-lhe há de responder-lhes que aquele território lhe há de ser cedido juntamente com a Colônia e que não põem em dúvida a que se faça a demarcação pois que no tratado de paz se vê que não só lhe deram a Colônia mas o território (CLUNY, 2006, p. 319).

Contudo, a notícia da entrega da “Colônia do Sacramento e seu território”, segundo os termos do tratado, não foi bem recebida em Buenos Aires. O *cabildo* escreveu ao rei que a devolução de Colônia aos lusos resultaria num gravíssimo prejuízo à Coroa espanhola e aos habitantes das províncias de Buenos Aires, Paraguai e Tucumã, assim como também aos índios das missões jesuíticas. Dizia que todos necessitavam da caça do gado selvagem que vivia na Banda Oriental, uma vez que a contínua exploração e a seca haviam extinguido o gado na campanha bonaerense (CORREA LUNA, 1931, p. 452-3).

Para o governador de Buenos Aires, o território de Colônia, não delimitado pelo Tratado de Utrecht, era somente o coberto pela artilharia da praça. Deu ao seu rei três interpretações diferentes sobre o território a ser devolvido aos portugueses.

La primera entiendo por la Colonia y su Territorio únicamente la situación en que estuvo la fortaleza y su circunvalación, a distancia de tiro de cañón que es solo lo que han tenido posesión los portugueses. La segunda dar más extensión a esta palabra, territorio, incluyendo en ella el uso de las campañas de aquella banda para las provisiones de carnes, cueros, sebos y grasa para su manutención y los continuos despachos que hacen al Río de Janeiro. Y la tercera a todas las tierras, que pretende la Corona de Portugal siendo infalible, que en cualquiera clase de estas que se dé cumplimiento a la cesión serán perjudicados gravemente los dominios y real servicio de V. M. (CORREA LUNA, 1931, p. 454).

A primeira interpretação foi aceita pela Coroa espanhola, negando aos portugueses a tomada de todo o território que ia além da área coberta pela artilharia da fortaleza que fora evacuada em 1705.

O governador nomeado para reconstruir Sacramento, Manuel Gomes Barbosa, expôs ao governador de Buenos Aires o ponto de vista dos portugueses: “tanto para a parte do norte, por onde se continua atualmente o domínio de Portugal, como para a parte do leste, e foz do Rio da Prata” (In: MONTEIRO, 1937, pp. 58-59). Por isso pediu aos comissários espanhóis a retirada da guarda do rio São João. Recebeu uma negativa com base no argumento de que o território da Colônia do Sacramento se restringia ao alcance de um tiro de canhão disparado da fortaleza. Seguindo as ordens de Lisboa, Gomes Barbosa fez registrar seu protesto contra a limitação imposta pelos espanhóis e deu início às obras de reconstrução da fortaleza.

Na Europa, a questão do território da Colônia do Sacramento continuava indefinida. Os historiadores régios foram chamados a contribuir com a posição oficial. O padre Manuel Caetano de Souza preparou um minucioso estudo sobre as diferentes acepções da palavra território, a fim de refutar a interpretação dos espanhóis. Ele descreveu três definições para o termo: territórios das cidades; territórios com jurisdições próprias e territórios com extensão indefinida; nos quais se incluíam os territórios das conquistas. “Nessa reflexão, observa-se a equivalência entre ‘conquista’ e ‘colônia’, concebidos como espaços territorialmente indefinidos” (KANTOR, 2004, p. 56).



De fato, faltavam as condições para determinar a verdadeira extensão da América portuguesa e especialmente faltavam mapas sobre as áreas em disputa. A ideia do Conde de Tarouca no Congresso de Utrecht de agregar a palavra território à Colônia do Sacramento, pensando que isso seria suficiente para anular a expressão do tratado anterior, de 1701, pelo qual os espanhóis reconheceram o domínio português na região platina como “al presente la tiene” não surtiu o efeito desejado.

Seu colega em Utrecht, D. Luís da Cunha, continuou a lidar com o assunto enquanto foi embaixador de Portugal na Espanha. Em 15 de dezembro de 1719 escrevia ao Secretário de Estado sobre suas dificuldades em negociar com os espanhóis sem a ajuda de mapas da região em disputa.

Quanto ao território da Colônia do Sacramento, seria mui conveniente que se mandasse um mapa especial daquele país, se é que o há, declarando quais são os limites que Sua Majestade deseja; por que pedimos um território sem recorrer àquela antiga e quimérica demarcação [de Tordesilhas] sobre que houve tanta disputa (CORTESÃO, 1950, p. 189).

O pedido seria atendido, porém a corte só recebeu mapas acurados sobre a Colônia do Sacramento e o Rio da Prata depois que os chamados “padres matemáticos” passaram pela região platina. A missão dos jesuítas Diogo Soares e Domingo Capassi consistia em elaborar mapas da América portuguesa que possibilitassem um maior conhecimento sobre o território, com a finalidade de se melhorar a exploração dos recursos e aumentar a eficácia da administração civil e eclesiástica, assim como se prevenir contra as pretensões de outras nações colonizadoras. A fim de cumprir estes objetivos, os mapas a serem feitos não deveriam se limitar a representar o litoral, mas dar especial atenção às terras do sertão.

Os padres chegaram ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1730 e, ainda em outubro do mesmo ano, deslocaram-se para Sacramento. É de se salientar que a sua ida ao Rio da Prata não havia sido ordenada pela Coroa, pois respondiam aos pedidos feitos nesse sentido pelos governadores do Rio e de Colônia. O padre Soares nos deixou três mapas importantes: “O Grande Rio da Prata na América Portuguesa e Austral”, a “Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata” e o “Mapa Topográfico da Barra, dos Baixos, das Ilhas e Praias do Porto da Nova Colônia dos Portugueses” (ALMEIDA, 2001, p. 100-142).

O padre Capassi não deixou nenhuma contribuição para a cartografia da Colônia do Sacramento porque logo voltou ao Rio de Janeiro, após desentender-se com seu colega. Porém a falta de cooperação entre os dois jesuítas não comprometeu sua missão, pois o mapa que mostra a margem norte do Rio da Prata -de baixo de um brasão português- apresenta diversas informações sobre a região, desde o sistema hidrográfico até os bancos de areia e os cálculos da profundidade do rio, a fim de facilitar a navegação no mesmo.

CONCLUSÕES

As diferentes interpretações sobre o território da Colônia do Sacramento; toda a antiga Banda Oriental, segundo os portugueses, ou a área coberta pela artilharia de uma praça de guerra, segundo os espanhóis, continuou a produzir atritos. A tentativa de criar uma fortificação portuguesa em Montevideu em 1723 foi frustrada pela intervenção do governador de Buenos Aires (POSSAMAI, 2009). Por sua vez, a iniciativa da Coroa espanhola de forçar os habitantes de Colônia a manterem-se dentro da área coberta pela artilharia da praça levou a um sítio que se prolongou por dois anos (1735-1737) e que se manteria depois da paz, através da manutenção do campo de bloqueio que impedia o acesso dos portugueses ao interior (POSSAMAI, 2014, p. 167).

Devido à tenaz oposição dos espanhóis, o projeto de expansão dos portugueses rumo ao Rio da Prata não foi levado a efeito. A manutenção do bloqueio espanhol, garantida pelo regime de *status quo* sancionado pelo Tratado de Paris de 1737, criou uma nova situação na Colônia do Sacramento, que pode ser aproximada às experiências portuguesas no Oriente e no norte da África. A partir de então, Sacramento tornou-se uma praça-forte que controlava um território muito restrito e que devia a sua manutenção talvez mais a uma questão de prestígio que aos lucros do contrabando, já que os custos em manter o enclave revelaram-se bastante pesados para o governo do Rio de Janeiro, que arcava



com a maior parte das despesas do estabelecimento platino. Porém, antes desse momento, a Colônia do Sacramento constituiu-se num dinâmico centro de povoamento, circunstância que não deve ser obscurecida pelo seu importante papel de centro comercial.

Nota

- 1 Sobre a polêmica entre historiadores “lusitanos” (que defendiam a pertença do Rio Grande do Sul à matriz colonial portuguesa) versus “platinos” (que insistiam na influência das nações vizinhas no desenvolvimento do Rio Grande do Sul), consultar: GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

Referências

ALMEIDA, André Ferrand de. *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

BRUM, Ceres Karan. *“Esta terra tem dono”: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

CLUNY, Isabel. *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*. Lisboa: Horizonte, 2006.

CORREA LUNA, Carlos (org.). *Campaña del Brasil: Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo I (1535-1749).

CORTESÃO, Jaime (org.). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Antecedentes do Tratado*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte III, tomo I.

FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: el Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

GARCIA, Fernando C. de. *Fronteira Iluminada*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GARCÍA BELSUNCE, César A. “La sociedad Hispano-criolla”. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. 2. Período Español (1600-1810). Buenos Aires: Planeta, 1999.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LARA, Sílvia H. “Conectando historiografias...” in: BICALHO, Maria F.; FERLINI, Vera L. A. *Modos de Governar*. São Paulo: Alameda, 2005.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, vol. 6.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937.

POSSAMAI, Paulo. “Montevideo fortificado es otro Gibraltar”: As tentativas dos portugueses em ocupar Montevideu no século XVIII. *Estudios Historicos – CDHRP*, Diciembre 2009, N. 3. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/paulo-possamai.pdf

POSSAMAI, Paulo. *Colonia del Sacramento. Vida cotidiana durante la ocupación portuguesa*. Montevideo: Torre del Vigía, 2014.

